

**FAZENDAS DE LAMA**

## Defesa acusa PF de usar prisões preventivas para forçar delação

Preso há quase um mês, João Amorim seria principal alvo de tal pressão; advogado afirma que pacto está "fora de cogitação"

**LUCIA MOREL**

Em Mato Grosso do Sul, com a Operação Lama Asfáltica e agora, em sua segunda fase, a Fazendas de Lama, as delações têm se tornado o objetivo pontual das autoridades da Polícia Federal e do Ministério Público Federal para que os envolvidos "abram a boca" e ofereçam detalhes dos crimes cometidos contra o erário. Parte desta pressão é decorrente da manutenção de alguns envolvidos – João Alberto Krampe Amorim dos Santos, Edson Giroto, Wilson Roberto Mariano de Oliveira e Flávio Henrique Garcia Scrocchio – presos.

Amorim e os outros três estão em regime fechado desde o dia 10 de maio deste ano e o primeiro estaria sendo pressionado a delatar todo o suposto esquema de fraudes e desvios de recursos federais praticados por ele e pela gestão estadual de André Puccinelli (PMDB) até o ano de 2014. O recurso de delação premiada tem sido amplamente utilizado no Brasil e fortaleceu-se com a Operação Lava Jato, comandada pela Justiça Federal do Paraná.

"Toda e qualquer pessoa que venha a ser presa hoje e que é, entre outras coisas, convidada a fazer delação premiada, eu penso que é uma tortura psicológica medieval", afirmou o advogado Benedicto Figueiredo, que defende Amorim. Ele, que também atua na defesa da sócia do empresário, Elza Cristina Araújo dos Santos, e das três filhas dele: Ana Paula Amorim

**OPERAÇÃO FAZENDAS DE LAMA**

**QUEM CONTINUA PRESO**

PRISÃO PREVENTIVA	
João Alberto Krampe Amorim dos Santos	dono da Proteco Construções Ltda.
Edson Giroto	ex-secretário estadual de Obras da gestão André Puccinelli, ex-deputado federal
Wilson Roberto Mariano de Oliveira, ou Beto Mariano	ex-deputado estadual, ex-prefeito de Paranaíba e fiscal de obras da Agesul
Flávio Henrique Garcia Scrocchio	dono da empresa Terrasat Engenharia e Agrimensura – Eireli e sócio de Giroto na Fernando Giroto e Outros e na G5 Agropecuária Ltda.
PRISÃO DOMICILIAR:	
Rachel Rosa de Jesus Portela Giroto	esposa de Giroto
Elza Cristina Araújo dos Santos	secretária e sócia da Proteco
Ana Paula Amorim Dolzan	filha de João Amorim
Mariane Mariano de Oliveira	filha de Beto Mariano

**QUEM FOI SOLTO:**

Ana Lúcia Amorim	filha de João Amorim
Renata Amorim Agnoletto	filha de João Amorim, sócia em empresas e dona de fazendas
Evaldo Furrer Matos	administrador de fazenda em Rio Negro
Maria Wilma Casanova	ex-secretária-adjunta de obras do Estado
Hélio Yudi Komiyama	servidor da Agesul
André Luiz Cance	ex-secretário-adjunto da Secretaria Estadual de Fazenda
Ana Cristina Pereira da Silva	

Fonte: Reportagem

Dolzan, Ana Lúcia Amorim e Renata Amorim Agnoletto, falou ao **Correio do Estado** com exclusividade.

Para o advogado, o uso da delação, apesar de ser instrumento legal, "está causando um mal à soberania das leis". Isso porque "a partir do momento em que a investigação começa a se calçar na busca pela delação, significa que trata-se de uma investigação inconsistente. É uma forma de suprir a inconsistência da formação de culpa na investigação", acredita.

Figueiredo continua, dizen-

do que a delação subverte o réu em ação é quem decide, por livre e espontânea vontade, colaborar com as investigações e, a partir do momento que usa-se a prisão como forma de pressão, "é uma tortura psicológica medieval. Esse tipo de prisão, autorizada pela Lei de Delação, é totalmente uma aberração jurídica, um retrocesso no direito à liberdade". E enfatiza: "qualquer ato de réu deve ser feito de forma espontânea e não coatora".

O advogado garante que "o João Amorim, independentemente de estar preso ou em



FAZENDAS DE LAMA. Além de prisões, operação lotou diversos malotes com documentos apreendidos

liberdade, não vai fazer uso da delação, isso está fora de cogitação".

**PRISÕES**

Amorim e um grupo de outras 14 pessoas (veja infográfico) foram presos no mês passado depois que a Justiça Federal acatou pedido de prisão temporária por envolvimento em compras de propriedades rurais para lavagem de dinheiro desviado de obras de pavimentação de avenidas e rodovias estaduais. Os chefes da organização criminosas seriam Amorim e o ex-deputado estadual Edson Giroto, que usavam familiares como laranjas na compra dessas fazendas.

A investigação, que envolve Polícia Federal, Receita Federal e Controladoria-Geral da União (CGU), aponta indícios de crimes como lavagem de

dinheiro, fraude em licitações, desvios de recursos públicos e superfaturamento de obras. Com o dinheiro desviado, o dono da Proteco teria constituído império de imóveis rurais no valor de R\$ 60 milhões.

**ESQUEMA**

De acordo com as investigações, as empresas Proteco Construções Ltda. e Ase Participações e Investimentos Ltda. – ambas pertencentes a Amorim – destinavam milhões de reais a outras pessoas jurídicas, que tinham como sócias as filhas do empresário. Para tentar encobrir a origem ilícita do dinheiro, o empresário fazia diversas transações de empréstimos, alguns não quitados, e doações entre seus familiares, como apontam as declarações de Imposto de Renda e os contratos de compra das propriedades,

analisados pelos investigadores da Polícia Federal, Receita Federal e Controladoria-Geral da União (CGU).

Além das fraudes em obras públicas, com apoio de servidores da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), também foi identificado desvio de recursos por meio de compra de material escolar paradidático que nunca chegou a ser usado pela rede estadual de educação.

A Gráfica e Editora Alvorada fazia parte do esquema e em apenas um contrato analisado pelos investigadores houve desvio de pelo menos R\$ 13 milhões. Compra de grande quantidade de exemplares e discrepâncias entre a quantidade de alunos matriculados e a de exemplares adquiridos foram apontadas pelos investigadores.

**EDUCAÇÃO**

## Por piso nacional, professores prometem paralisação na sexta

**TAINÁ JARA**

Professores da rede pública dos 79 municípios de Mato Grosso do Sul promoverão paralisação nesta sexta-feira, em favor da manutenção da Lei do Piso Nacional. A determinação está ameaçada desde que o presidente interino, Michel Temer (PMDB), assumiu a presidência, no mês passado. A expectativa da entidade é reunir 10 mil professores.

De acordo com o presidente da Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul (Fetems), Roberto Botarelli, estão em discussão duas propostas que ameaçam a vigência da Lei 11.783, de 17 de julho de 2008. A primeira chegou

judicial do que a primeira, é considerar que o reajuste seja feito com base no Índice de Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). "Neste ano, o aumento do recurso foi de 4%", afirma.

O piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação básica é o valor abaixo do qual a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão fixar o vencimento inicial das carreiras do magistério público da educação básica para a formação em nível médio, com jornada de, no máximo, 40 horas semanais. Em janeiro deste ano,

governo, Temer já causava polêmica com a proposta de aplicar bônus por mérito à remuneração dos professores. O tema enfrenta resistência tanto de professores como de estudiosos da educação. "A proposta desconsidera a condição social de cada aluno", explica Botarelli.

**23**

**ABAIXO DO PISO**  
Conforme o último ranking salarial do Estado, divulgado pela Fetems e que informa o salário de

**INTERIOR**

## MPE investiga uso indevido de diárias em Chapadão do Sul

**JONES MARIO**

O prefeito de Chapadão do Sul, Luiz Felipe Barreto de Magalhães (PDT), conhecido como "dr. Felipe", é investigado pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPE) por enriquecimento ilícito, originado de improbidade administrativa. De acordo com sustentação para abertura do inquérito civil, o mandatário recebeu duplamente o valor de diárias durante 42 viagens no exercício de seu cargo. A apuração do MPE consta-

to que dr. Felipe fazia uso do serviço de agendamento de viagens e pagamento de despesas com passagens aéreas e hospedagem disponibilizado pela Associação dos Municípios de Mato Grosso do Sul (Assomasul), que adianta os valores e é ressarcida depois pelo município. Ocorre que, além do mecanismo, o mandatário também se aproveitava do pagamento de diárias da própria prefeitura para as mesmas viagens, realizadas entre 2013 e 2015. Segundo análise do pedido

para instauração de inquérito, os gastos do município com os deslocamentos do prefeito somaram R\$ 134.214,93, em que R\$ 34.331,63 foram custeados pela Assomasul e, posteriormente, ressarcidos. Das despesas que couberam à associação, R\$ 25.103,85 foram gastos com hospedagens, e é deste montante que, de acordo com o MPE, dr. Felipe se apropriou de maneira indevida. A investigação do órgão sustenta que tal custo já era bancado pelas diárias da prefeitura.

**CAMPO GRANDE**

**Greve na Central de Regulação fragiliza atendimento de urgência**

**UEMS**

**Alunos de Medicina cobram melhor infraestrutura**

a ser aprovada pela Câmara dos Deputados, porém, está parada por meio de recurso. O projeto de lei propõe que o reajuste do piso seja feito com base no Índice Potencial de Consumo (IPC). “Desta forma, o índice seria como o de um aposentado”, explica Botarelle.

Outra proposta, considerada pela categoria mais pre-

quando foi determinado o reajuste de 11,36%, a atualização teve como base de cálculo a variação do valor anual mínimo nacional por aluno (VAA), referente aos anos iniciais do Ensino Fundamental urbano, definido nacionalmente na Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

Antes mesmo de assumir o

**magistério praticado na rede estadual e nos 79 municípios, o número de prefeituras que não cumprem o piso nacional aumentou entre o fim de 2015 e abril deste ano. Até então, dois municípios não cumpriam a lei; agora já são 23.**

A greve dos médicos municipais lotados na Central Estadual de Regulação, deflagrada ontem, fragiliza o atendimento de urgência na rede pública de saúde de Campo Grande.

A categoria reivindica na prefeitura pagamento dos plantões dos meses março e abril, porém, até o momento,

não recebeu respostas sobre o atraso. De acordo com o Ministério da Saúde, esses profissionais atuam na triagem de solicitações feitas em casos de urgência, em que são acionados atendimentos como os realizados pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu).

Alunos do curso de Medicina da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) realizam, desde ontem, paralisação das atividades curriculares como forma de protesto à falta de infraestrutura do curso, especialmente para o desenvolvimento de atividades práticas.